

Variação da estrutura fundiária do Estado da Bahia*

Domingos Nascimento Silva**

Luiz Gonzaga Mendes***

As questões agrárias são antigas na história da humanidade, havendo registro na era romana. As tentativas de corrigir distorções na estrutura fundiária também são antigas. No século atual as reformas agrárias passaram a ser utilizadas com a finalidade de corrigir a má distribuição da propriedade da terra, reduzir as desigualdades sociais e de renda, ampliar o mercado interno, amenizar os riscos de eclosão de movimentos políticos, e aumentar a produção e produtividade do setor agrícola.

No Brasil a Reforma Agrária vem caminhando a passos tímidos. Após ser sancionado o Estatuto da Terra, pelo Presidente da República em 1964, o que se fez predominantemente no País foram assentamentos de colonização, ampliando-se as fronteiras agrícolas. Em outubro de 1985 foi aprovado o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, surgindo vários projetos de Reforma Agrária, sendo a Bahia, entre os estados brasileiros, um dos com maior ação do governo federal na área agrária.

Este artigo faz uma avaliação da concentração fundiária no Estado da Bahia, e nas suas microrregiões homogêneas e zonas fisio-

gráficas, verificando a evolução temporal, no período de 1960 a 1985. Utilizou-se na análise dados e informações do IBGE, e para medir o grau de concentração ou desigualdade de uma distribuição foi considerado o índice de Gini, de uso muito comum para avaliar a estrutura fundiária. Considerou-se as zonas fisiográficas e as microrregiões homogêneas do Estado da Bahia, e os estabelecimentos agropecuários foram distribuídos nos diferentes estratos de área de terra. O valor do índice de Gini varia de zero a um. O valor zero indica uma perfeita igualdade da distribuição, enquanto o valor unitário indica a concentração máxima. São utilizadas também classificações dos valores do índice de Gini, específicas para regiões, ou mais gerais.

O PROCESSO AGRÁRIO NO BRASIL

Agricultura de subsistência conseguiu se inserir no contexto do processo de colonização e ocupação do território brasileiro, enfrentando muitas dificuldades, mas vindo a ser, no decorrer dos séculos, em importante atividade para parcela significativa da população rural. A agricultura de subsistência desenvolveu-se nos imensos domínios das monoculturas e nas áreas de pecuária extensiva, e também em unidades pequenas, onde não havia escravos e assalariados, e o proprietário

*Extraída da Dissertação do autor (**) do Curso de Mestrado em Agronomia, área de concentração em Política e Desenvolvimento Rural, da Escola de Agronomia da UFBA.

**Eng. Agrônomo do INCRA-BA, Mestre em Agronomia.

***PhD, Professor Titular da Escola de Agronomia da UFBA.

ou o ocupante trabalhavam diretamente a terra, quase sempre em terras de qualidade inferior e distante dos centros urbanos.

Durante o regime das sesmarias (1530 a 1822) desenvolveu-se no País, por imperativos econômicos e sociais, o sistema de posses, não amparado legalmente, inicialmente restrito à pequena exploração agrícola, envolvendo populações pobres. Com o fim do regime das sesmarias, em 1822, a partir do fim do período colonial, tal sistema passou a circunscrever grandes áreas.

A primeira Lei de Terras do Brasil, a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, estabeleceu o final do sistema de posses. Definiu-se que as terras devolutas do Império só poderiam ser adquiridas por compra e venda; a necessidade de revalidação das sesmarias que não atendessem às condições legais; as terras possuídas por simples título de posse mansa e pacífica fossem regularizadas. A proibição da aquisição de terras devolutas por outra forma que não fosse a compra, apenas serviu aos grandes proprietários, dificultando o acesso da população rural desprovida de recursos à propriedade da terra.

A doutrina da função social da propriedade, que estabelece o preceito de que o uso da propriedade deve atender à função econômica e social, não sendo mais um direito individualista, é introduzido no Brasil através da Constituição de 1934. Outras cartas magnas da América Latina já haviam adotado esta doutrina desde 1919. A Constituição de 1937 regrediu ao não falar sobre o assunto, limitando-se a comentar o direito de propriedade em benefício da coletividade. Com a Constituição de 1946 foi definido que a propriedade possuía uma característica econômica e social, devendo o uso ser condicionado ao bem-estar social; ficou estabelecido que nas desapropriações, as indenizações além de serem prévias, deveriam ser em dinheiro, dificultando-se a realização da Reforma Agrária. A partir deste ano começaram a surgir no Congresso Nacional os projetos de Reforma Agrária.

Os fundamentos jurídicos da área agrária no Brasil estão presentes na Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, denominada de Estatuto da Terra. No início da década de

sessenta havia uma mobilização intensa de trabalhadores rurais reivindicando a realização da Reforma Agrária. O Brasil havia se comprometido na Conferência de Punta del Este de 1960 a impulsionar um processo de Reforma Agrária, sendo que neste evento estava presente Roberto Campos, que viria a ser o Ministro do Planejamento no Governo do Marechal Castelo Branco, após o golpe militar de 1964. Este Governo criou um grupo de trabalho sobre a Reforma Agrária, que resultou no Estatuto da Terra, que não é uma legislação apenas sobre Reforma Agrária, abordando a área de desenvolvimento rural, composto de quatro títulos, tendo o primeiro definições conceituais; o segundo aborda a Reforma Agrária; o terceiro trata da tributação da terra, da colonização, da assistência e proteção à economia rural, e do uso ou da posse temporária da terra; o quarto apresenta as disposições gerais e transitórias. Verifica-se que após a criação deste estatuto, as ações na área agrária foram mínimas.

O Capítulo III do Título VII da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, é dedicado à Política Agrícola e Fundiária e à Reforma Agrária, mas as ações na área agrária só puderam ser realizadas plenamente com a aprovação da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que regulamentou as disposições sobre Reforma Agrária contidas neste capítulo; e a aprovação de legislações complementares.

A ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA

A Tabela 1 apresenta o índice de Gini referente a desigualdade da distribuição da posse da terra no Estado da Bahia e nas suas zonas fisiográficas, em 1960.

A Tabela 2 apresenta o índice de Gini referente a desigualdade da distribuição da posse da terra no Estado da Bahia e nas suas microrregiões homogêneas, em 1970, 1975, 1980 e 1985.

As Tabelas 1 e 2 mostram a tendência de aumento do índice de Gini, para o Estado da Bahia durante os anos de 1960, 1970, 1975, 1980 e 1985, que apresentam, respectivamente, os valores 0,786; 0,802; 0,812; 0,826; 0,841.

Tabela 1
Índice de Gini referente a desigualdade da distribuição da posse da terra no Estado da Bahia e nas suas zonas fisiográficas, em 1960

ZONAS FISIAGRÁFICAS	ÍNDICE DE GINI EM 1960
Litoral Norte	0,816
Recôncavo	0,846
Cacaueira	0,685
Extremo Sul	0,570
Nordeste	0,759
Feira de Santana	0,778
Senhor do Bonfim	0,779
Encosta da Chapada Diamantina	0,770
Jequié	0,771
Conquista	0,696
Chapada Diamantina	0,813
Serra Geral	0,634
Sertão do São Francisco	0,714
Baixo Médio São Francisco	0,872
Médio São Francisco	0,747
Barreiras	0,842
ESTADO	0,786

Fonte: Censos Agropecuários do IBGE.

O Gráfico apresenta o índice de Gini para o Estado da Bahia, nos anos de 1960, 1970, 1975, 1980 e 1985, ilustrando o comportamento deste índice neste período.

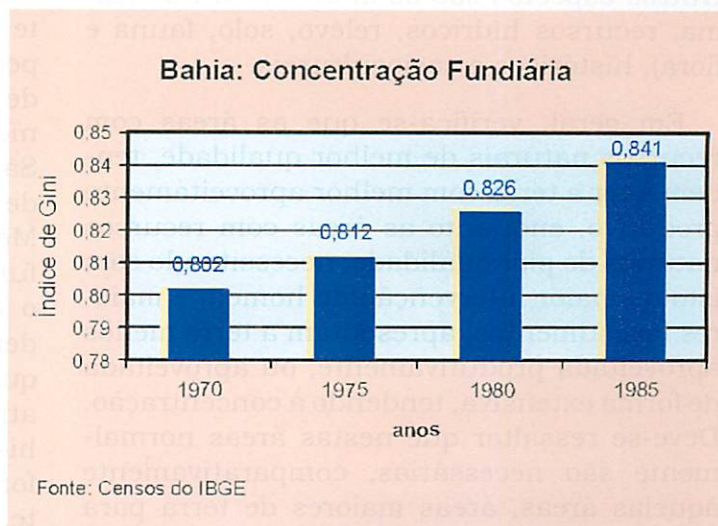


Tabela 2
Índice de Gini referente a desigualdade da distribuição da posse da terra no Estado da Bahia e nas suas microrregiões homogêneas, em 1970, 1975, 1980 e 1985.

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS	ÍNDICE DE GINI			
	1970	1975	1980	1985
Chapadões do Alto Rio Grande	0,856	0,881	0,913	0,918
Chapadões do Rio Corrente	0,718	0,757	0,819	0,862
Baixo Médio São Francisco	0,914	0,900	0,899	0,904
Médio São Francisco	0,811	0,873	0,820	0,847
Chapada Diamantina Setentrional	0,721	0,750	0,789	0,810
Chapada Diamantina Meridional	0,824	0,810	0,793	0,834
Serra Geral da Bahia	0,651	0,657	0,679	0,701
Senhor do Bonfim	0,798	0,807	0,806	0,819
Corredeiras do São Francisco	0,744	0,810	0,788	0,829
Piemonte da Diamantina	0,766	0,765	0,794	0,808
Sertão de Canudos	0,802	0,805	0,804	0,803
Serrinha	0,736	0,736	0,758	0,763
Feira de Santana	0,812	0,813	0,818	0,830
Jequié	0,787	0,774	0,791	0,807
Planalto de Conquista	0,659	0,653	0,690	0,733
Pastoril de Itapetinga	0,697	0,696	0,706	0,736
Sertão de Paulo Afonso	0,804	0,790	0,813	0,828
Agreste de Alagoinhas	0,754	0,763	0,789	0,810
Litoral Norte Baiano	0,858	0,847	0,875	0,887
Recôncavo Baiano	0,821	0,806	0,829	0,831
Salvador	0,861	0,892	0,891	0,894
Tabuleiros de Valença	0,696	0,696	0,703	0,723
Encosta do Planalto de Conquista	0,749	0,750	0,821	0,834
Cacaueira	0,672	0,655	0,701	0,705
Interiorana do Extremo Sul da Bahia	0,623	0,634	0,728	0,716
Litorânea do Extremo Sul da Bahia	0,640	0,684	0,764	0,786
ESTADO	0,802	0,812	0,826	0,841

Fonte: Censos Agropecuários do IBGE.

Para algumas microrregiões homogêneas, nos censos realizados entre 1970 e 1985, como observa-se na Tabela 2, verificam-se comportamentos diferentes do apresentado pelo Estado da Bahia. As microrregiões homogêneas Baixo Médio São Francisco e Chapada Diamantina Meridional têm tendência de diminuição do índice de Gini no decorrer dos quinquênios a partir de 1970, ressalvando-se o aumento entre os anos de 1980 e 1985. A microrregião Sertão de Canudos tem o índice de Gini sofrendo alterações muito pequenas neste período de estudo. A microrregião homogênea Salvador apresenta aumento do índice de Gini entre os anos de 1970 e 1975, seguindo-se de alterações muito pequenas nos demais anos.

A concentração de terras no Estado da Bahia, assim como no Brasil, data do processo de colonização e ocupação do território, ocorrido a partir do descobrimento do Brasil no século XVI. A colonização baiana e ocupação progressiva do território sempre se constituiu em um em-

preendimento mercantil, baseado na grande propriedade. Tem-se o aspecto da exploração econômica como importante na determinação da estrutura fundiária do Estado da Bahia. Outros aspectos são os fatores naturais (clima, recursos hídricos, relevo, solo, fauna e flora), históricos e socioculturais.

Em geral, verifica-se que as áreas com recursos naturais de melhor qualidade, tendem a ter a terra com melhor aproveitamento produtivo, enquanto as áreas com recursos naturais de pior qualidade, necessitando com isto de maior intervenção do homem e maiores investimentos, apresentam a terra menos aproveitada produtivamente, ou aproveitada de forma extensiva, tendendo à concentração. Deve-se ressaltar que nestas áreas normalmente são necessárias, comparativamente àquelas áreas, áreas maiores de terra para conseguir-se resultados econômicos satisfatórios. No processo de colonização e ocupação do território baiano existiram os fatores históricos, como o regime das sesmarias, que contribuíram decisivamente para a concentração fundiária, uma vez que vastas extensões de terras foram distribuídas com poucas pessoas. Quanto aos fatores socioculturais, verificou-se o estabelecimento de uma cultura de deter grandes extensões de terras, e o prestígio e poder que esta situação sempre representou.

Foram evidenciadas como as microrregiões homogêneas com maiores índices de concentração: Baixo Médio São Francisco, Chapadões do Alto Rio Grande, Salvador, Litoral Norte Baiano, Médio São Francisco, Chapada Diamantina Meridional, Recôncavo Baiano, Chapadões do Rio Corrente e Feira de Santana. Para o ano de 1960, os maiores índices foram encontrados nas zonas fisiográficas: Baixo Médio São Francisco, Recôncavo, Barreiras, Litoral Norte e Chapada Diamantina.

As microrregiões homogêneas Baixo Médio São Francisco e Médio São Francisco têm o Rio São Francisco como elemento de grande importância. Verificava-se nestas microrregiões, como atividade econômica predominante, a pecuária extensiva de gado de corte em grandes estabelecimentos agropecuários, e a atividade agrícola com pequena expressão, envolvendo cultivos de alimentos nas áreas

de vazante, e de algodão, este produto em áreas do Médio São Francisco. Estas microrregiões têm apresentado mudanças nas últimas décadas, tendo papel importante a criação, no final de 1959, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE; houve alteração do domínio da pecuária extensiva, com a expansão das culturas de subsistência e comercial, e a utilização de técnicas modernas de produção, como a irrigação. São microrregiões que apresentam baixa densidade demográfica. A microrregião homogênea Baixo Médio São Francisco apresentou concentração fundiária das mais elevadas no período do estudo, o que está relacionado com a baixa densidade demográfica; a qualidade dos recursos naturais que requer grandes interferências do homem; as atividades produtivas implementadas; os fatores históricos, que levaram a terra a ser usada de forma extensiva, e muitas vezes especulativamente. Deve-se ressaltar que a terra como reserva de valor é um aspecto que vem se modificando recentemente no Brasil, sendo que em muitos casos o preço da terra tem diminuído temporalmente, o que apresenta relação com o plano de estabilização econômica implantado a partir de 1994, e com o fato do preço da terra estar se ajustando às condições de mercado, uma vez que se encontrava sobrevalorizada.

As microrregiões homogêneas Chapadões do Alto Rio Grande e Chapadões do Rio Corrente constituem-se em nova fronteira agrícola para o Estado da Bahia. A construção de estradas como a BR-242 (Barreiras-Salvador) e a BR-020 (Brasília-Fortaleza) permitiu o rompimento do isolamento da região com outras áreas do País, e impulsionou o desenvolvimento a partir da década de setenta. Na década de oitenta se intensifica a chegada de imigrantes da região Sul do País, em busca de novas terras, adquiridas a baixo custo, para o cultivo de grãos. Ocorrem alterações significativas nas atividades agropecuárias, com o crescimento da produção de soja, e a criação de estruturas de comercialização e industrialização, e o desenvolvimento da pecuária. Estas microrregiões apresentam baixa densidade demográfica. Destaca-se nestas microrregiões o Município de Barreiras. Entretanto, verifica-se a permanência da distribuição não equitativa das áreas dos estabelecimentos agropecuários. A microrregião homogênea Chapadões do Alto Rio Grande tem os maiores valores do índice de Gini do Estado da Bahia para os anos de 1980 e 1985.

maiores valores do índice de Gini do Estado da Bahia para os anos de 1980 e 1985.

A microrregião homogênea Salvador apresenta como característica o elevado fluxo migratório para a zona urbana, com a desestruturação do espaço rural das proximidades; a estes movimentos recentes, devem ser acrescentadas as formas herdadas de um processo de ocupação mais antigo, principalmente ligado à exploração agrícola canavieira. Favoreceram o desenvolvimento urbano a expansão da Petrobrás, iniciada com a instalação da Refinaria Landulfo Alves, em Mataripe, na década de cinquenta, vindo depois a instalação do Centro Industrial de Aratu - CIA, na década de sessenta, e do Pólo Petroquímico de Camaçari, na década de setenta. A construção de rodovias, ferrovias e o transporte marítimo, foram importantes impulsionadores do desenvolvimento. Os fatores naturais e culturais tornaram o turismo uma atividade de destaque. Esta microrregião apresenta grande densidade demográfica. O município de Salvador destaca-se, sendo o terceiro mais populoso do País. Esta microrregião apresenta elevada concentração fundiária.

A microrregião homogênea Litoral Norte Baiano mostrou-se com significativa concentração fundiária no período da pesquisa, refletindo, entre outros fatores, o processo histórico de ocupação territorial, e a não existência de uma política efetiva de melhoria da estrutura fundiária.

A ocupação de parte significativa da microrregião homogênea Chapada Diamantina Meridional teve na mineração a sua origem, propiciando o surgimento de núcleos, estes que mais tarde deram origem a algumas das atuais cidades, a exemplo de Andaraí, Rio de Contas, Piatã, Macaúbas, Mucugê, Lençóis, e outras. Com a perda de importância da mineração, desenvolvem-se as atividades agropecuárias. Esta microrregião apresenta uma distribuição não equitativa das áreas dos estabelecimentos agropecuários.

A microrregião homogênea Recôncavo Baiano apresenta uma economia com participação expressiva do setor primário. Tem uma significativa densidade demográfica, apresentando elevada concentração fundiária decorrente, entre outros fatores, do processo histórico de ocupação territorial.

Na microrregião homogênea Feira de Santana, o Município com o mesmo nome se constitui na segunda principal capital regional do Estado da Bahia. As condições topográficas desta microrregião favoreceram historicamente ao estabelecimento de uma pecuária bovina extensiva, objetivando, principalmente, a produção de carne e de animais de tração, que eram usados nas áreas de maior povoamento. A atividade agropecuária sofreu modernização nas últimas décadas, assim como a microrregião foi suprida com rede viária, instalação de centro industrial, e a consolidação de Feira de Santana como grande distribuidor de bens e serviços para uma significativa região de influência. Registra-se nesta microrregião elevada concentração fundiária.

Foram evidenciadas como as microrregiões homogêneas com os menores índices de concentração: Serra Geral da Bahia, Interiorana do Extremo Sul da Bahia, Planalto de Conquista, Cacaueira, Tabuleiros de Valença, Pastoril de Itapetinga e Litorânea do Extremo Sul da Bahia. Para o ano de 1960, os menores índices foram encontrados nas zonas fisiográficas: Extremo Sul, Serra Geral, Cacaueira e Conquista. Entretanto, os valores do índice de Gini são sempre maiores que 0,501 e menores que 0,900, caracterizando as



Café: importante atividade do Planalto de Conquista

distribuições de área de terra como concentrações das classes média a forte e forte a muito forte.

A microrregião homogênea Serra Geral da Bahia se apresenta como a que tem os menores índices de concentração, sendo que nos anos de 1980 e 1985 ela encabeça a relação das microrregiões com menores índices de Gini. As fazendas de gado deram origem a várias cidades desta microrregião, como Brumado e Caetité; juntamente com a expansão da pecuária desenvolveu-se o cultivo de produtos alimentares e comerciais, como o algodão.

Na microrregião homogênea Planalto de Conquista a cultura cafeeira tornou-se importante atividade econômica, gerando divisas para a região e o País através das exportações. Com a extinção do IBC, a ocorrência de problemas climáticos, e a queda nos preços internacionais, esta atividade apresentou declínio, havendo uma tendência recente de recuperação. Tendo a atividade agropecuária como base para a economia regional, observa-se uma estrutura fundiária concentrada, mas menos intensa do que em outras áreas do Estado.

As microrregiões homogêneas Interiorana do Extremo Sul da Bahia, Cacaueira, Tabuleiros de Valença e Litorânea do Extremo Sul da Bahia compõem a maior parte da mesorregião Litoral Sul Baiano, que apresenta uma estrutura econômica tradicional que possibilitou a sua organização espacial, através da exploração de uma cultura de elevado valor comercial, o cacau. Esta estrutura vinha sofrendo alterações, e com a chegada da doença denominada de *vasoura-de-bruxa*, o processo se acentuou, com o declínio da cultura cacaueira. A cultura do cacau foi implantada na segunda metade do século XVIII, em substituição às grandes plantações de cana-de-açúcar, que haviam fracassado. A cacauicultura encontrou condições favoráveis à produção e desenvolveu-se nas décadas seguintes, transformando-se em monocultura importante para a região e o País, gerando divisas através das expor-

tações. Na parte norte desta mesorregião ocorreu nas últimas décadas o desenvolvimento de outras culturas comerciais, para o abastecimento interno, destacando-se o dendê, a seringueira, o cravo da Índia, a pimenta do reino e o coco-da-baía, e o extrativismo da piaçava. Na parte extremo sul desta mesorregião, na porção mais interiorana, ocorreu nas últimas décadas a implantação de uma ativa exploração madeireira, com a destruição de florestas; houve em muitas áreas a substituição da vegetação natural por pastagens. Verifica-se a partir de meados da década de sessenta o crescimento da pecuária melhorada, propiciado pelo apoio creditício, acompanhado de assistência sanitária ao gado, havendo melhoria da qualidade e aumento quantitativo do rebanho,



ADELILSON NUNES

Cacau: tradicional monocultura lutando contra o declínio



ACERVO SEAGRI

Dendê: crescimento comercial

dando a esta área significativa importância no Estado. As regiões litorâneas desta mesorregião têm vocação para o turismo, que vem se desenvolvendo. A piscicultura é uma atividade econômica geradora de renda para a mesorregião. Esta mesorregião apresenta elevada densidade demográfica. Os municípios de Ilhéus e Itabuna destacam-se, conjuntamente, como capital regional.

A elevada densidade demográfica, o desenvolvimento de atividades agropecuárias rentáveis, o uso de tecnologias e fatores históricos, entre outros fatores, contribuíram para que o recurso terra pudesse ser melhor utilizado nesta mesorregião, não se constituindo exclusivamente em elemento utilizado como reserva de valor ou explorado de forma meramente extensiva. Observa-se com isto uma menor concentração fundiária, comparativamente às outras regiões do Estado; todavia os valores do índice de Gini indicam a existência de distribuição não eqüitativa das terras, havendo inclusive para as microrregiões homogêneas Interiorana do Extremo Sul da Bahia e Litorânea do Extremo Sul da Bahia um aumento substancial do índice de Gini no período de 1970 a 1985.

Na microrregião homogênea Pastoril de Itapetinga encontra-se uma importante zona de pecuária do Estado da Bahia e da região Nordeste do País. Ocorre um grande rebanho bovino, com o uso de tecnologia, o que confere boa produtividade. Esta microrregião apresenta concentração fundiária, mas com uma melhor distribuição dos estabelecimentos agropecuários nos diferentes estratos de área.

Este estudo mostrou que o Estado da Bahia, como resultante das explorações econômicas, fatores históricos, naturais e socioculturais, apresenta elevada concentração fundiária, e que esta concentração, medida pelo índice de Gini, difere entre as microrregiões

homogêneas, no período de 1970 a 1985, e entre as zonas fisiográficas, no ano de 1960; e que existe a tendência de aumento do índice de Gini para o Estado durante os anos de 1960, 1970, 1975, 1980 e 1985, que apresentam, respectivamente, os valores 0,786; 0,802; 0,812; 0,826; 0,841.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HOFFMANN, R. *Contribuição à análise da distribuição da posse da terra no Brasil*. Piracicaba: ESALQ/USP, 1967. 65p. Dissertação de Mestrado.

HOFFMANN, R. *Estatística para economistas*. 2. ed.. São Paulo: Pioneira, 1991. 426p.

IBGE. *Censo agropecuário*. Rio de Janeiro, 1967. v.2, t.7. (VII Recenseamento Geral do Brasil, 1960).

IBGE. *Censo agropecuário*. Rio de Janeiro, 1975. v.3, t.13. (VIII Recenseamento Geral do Brasil, 1970).

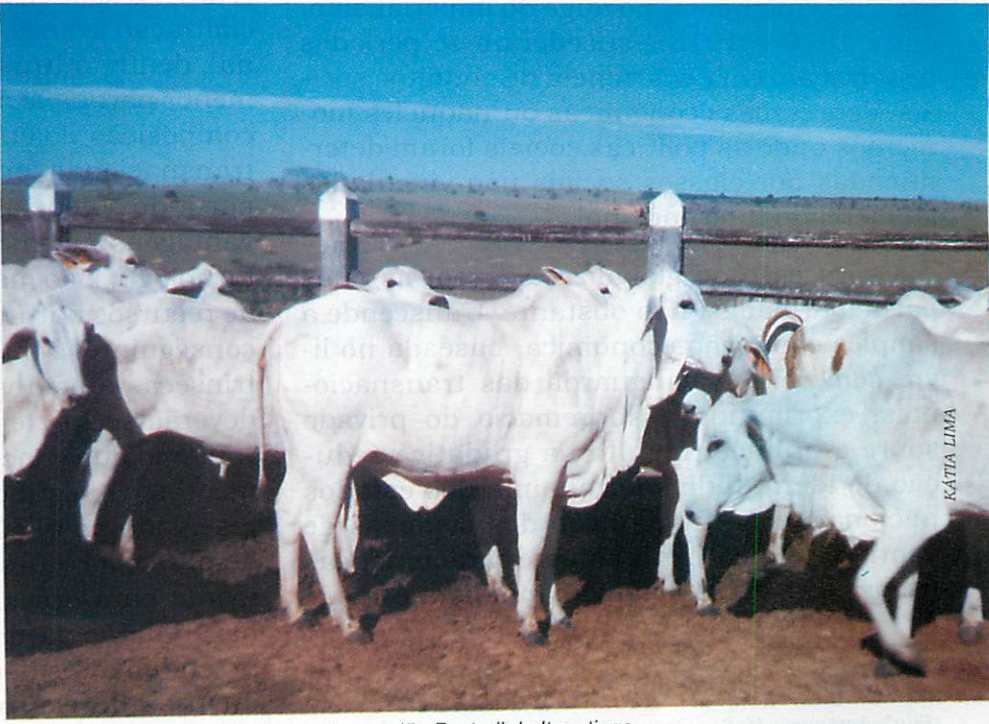
IBGE. *Censo agropecuário*. Rio de Janeiro, 1979. v.1, t.13. (Censos Econômicos, 1975).

IBGE. *Censo agropecuário*. Rio de Janeiro, 1983. v.2, t.3. (IX Recenseamento Geral do Brasil, 1980).

IBGE. *Censo agropecuário*. Rio de Janeiro, 1991. n. 17. (Censos Econômicos, 1985).

INCRA. *Estatuto da terra: Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964*. Brasília, [197-]. 55p.

PRADO JÚNIOR, C. *A questão agrária*. 4. ed.. São Paulo: Brasiliense, 1987. 188p.



Pecuária: boa produtividade na microrregião Pastoril de Itapetinga

A globalização e suas implicações na agricultura brasileira.

Augusto Sávio Mesquita*

GLOBALIZAÇÃO: ASPECTOS RELEVANTES

A globalização encerra o ingresso do capitalismo internacional em uma nova fase do seu desenvolvimento, marcada pela tendência das corporações transnacionais em serem hegemônicas em relação aos estados nacionais, mediante a unificação dos mercados e o predomínio da ética neoliberal do livre comércio sobrepondo à soberania das nações.

Ao longo da história da humanidade o processo de mundialização dos mercados tem assumido um caráter cíclico. Assim, a períodos de apogeu - como durante as colonizações e ocupações de novas fronteiras, em plena efervescência do *laissez-faire* mercantilista, e, mais recentemente, no auge do imperialismo, entre 1870 e 1913 - sucederam-se períodos de retração, em decorrência de conflitos sociais, depressões econômicas ou naqueles momentos onde as políticas sociais foram determinadas por classes sociais não vinculadas ao mercado internacional.

O processo de globalização, com as suas particularidades, não obstante, transcende a simples expansão econômica, baseada no livre comércio. A vanguarda das transnacionais, exprimindo a supremacia do privado sobre o público, resulta na gradativa redução de identidade e autonomia dos estados nacionais e na fragilização dos sistemas de controle político, o que confere características próprias ao atual estágio capitalista e tende

a agravar as diferenças entre ricos e pobres, devido ao fosso tecnológico entre nações centrais e periféricas e à diminuição da capacidade do aparelho estatal em produzir políticas compensatórias de alcance social.

HURST et al. (1996) evidenciam este particular aspecto, ao demonstrarem que a globalização e o seu novo paradigma - calcado na expansão dos setores sustentados pelo progresso da ciência e da tecnologia, em sintonia com o potencial dos mercados e pouco influenciado pelas vantagens comparativas advindas da abundância de recursos naturais e baixo custo de mão-de-obra - tem gerado dois vetores de desenvolvimento, responsáveis pelo recrudescimento das diferenças inter regionais. O primeiro vetor, baseado no conhecimento e dissociado dos recursos naturais, encerra o descenso das economias de escala, em face à saída de cena do modelo de produção em massa do taylorismo-fordismo, substituído pelo modelo de especialização flexível, cuja configuração quase artesanal, dentre outras características, determina uma menor participação do custo do trabalho direto na composição do custo total. Assim, as corporações transnacionais orientam os seus investimentos a partir do potencial de consumo do mercado e pelas vantagens aglomerativas em termos de ciência e tecnologia, não mais se baseando pela abundância de recursos naturais e de mão-de-obra barata. Por conseguinte, o que decorre das características intrínsecas a este vetor é que os países periféricos deverão ser preteridos em relação às nações centrais, no que concerne à locação de novos investimentos. O segundo vetor, por seu turno, parece reservado às nações periféricas. Sensível à mão-de-obra e a recursos naturais, é orientado basicamente para esses nichos produtivos, onde ainda há abundância destes fatores. Exemplo dos empreendimentos decorrentes deste vetor, são as indústrias de eletroeletrônicos, brinquedos, calçados, têxteis, automóveis, processamento de

*Engº. Agrônomo M. Sc., Gerente de Agricultura do DAP/SEAGRI

produtos agropecuários, papel e celulose, insumos agrícolas. A despeito destes investimentos praticamente não serem responsáveis por pesquisa e desenvolvimento e encerrarem menor agregação de valor, ainda assim são influenciados pelo tamanho do mercado, como uma garantia da estratégia de reprodução do capital.

No Brasil, conforme enfatizam outros autores citados por HURST et al. (1996), essa tendência já vem sendo verificada, importando na desaceleração do processo de desconcentração industrial, deflagrado a partir dos anos setenta. Os investimentos das transnacionais têm sido orientados para o Centro-Sul brasileiro, onde há centros de excelência de P&D, mão-de-obra melhor qualificada, melhor infra-estrutura produtiva e uma localização geográfica vantajosa às negociações com o Mercosul, bloco econômico que deteve, em 1995, 14% das exportações brasileiras (Mendes, 1996).

Outro aspecto relevante no processo de globalização reside na fluidez dos capitais, que circulam livremente e com rapidez entre as economias em busca de maior lucro em menor espaço de tempo. Este volume de capital especulativo, estimado por NASCIMENTO NETO (1996) entre 2 e 3 trilhões de dólares, constitui-se em um risco potencial às economias emergentes, como o Brasil. Nesses países, a adoção de políticas macroeconômicas de equilíbrio voltadas, em última instância, ao controle da inflação, ao fixar o juro em níveis elevados como medida de controle do consumo, termina por atrair esse capital volátil, que torna vulnerável a estabilidade econômica. Clássicos exemplos dos estragos causados pela fuga repentina desses capitais podem ser vislumbrados na crise do México, em 1994, que, em virtude da ameaça potencial à estabilidade continental, mereceu socorro imediato dos EUA e do FMI e a crise recente dos Tigres Asiáticos, com sérios reflexos na economia do Japão, motivando o desfecho de pacotes, não só na Terra do Sol Nascente, mas também em países emergentes como o Brasil, que chegou a ser apontado como “a bola da vez”. A vulnerabilidade da economia brasileira a este capital fugaz é inconteste. RIBAS (1998) evidencia esta situ-

ação ao demonstrar que o montante de capital volátil circulante na economia brasileira, em 1994, correspondia a algo em torno de US\$1 bilhão, cifra que, em 1997, já alcançava o patamar de US\$16 bilhões.

A despeito do que possa deixar transparecer, a abordagem aqui defendida, entretanto, não corrobora a tese de perda de importância da política nacional, em meio à globalização. Conforme resalta TOURAINE (1995), a discussão em torno desse processo não pode incorrer no reducionismo de se pensar o mundo de forma unificada. Segundo esse cientista social, “quanto mais a economia é globalizada, mais é necessário que haja políticas diversificadas”, de modo a evitar culturas e sociedades fragmentadas: a economia de mercado de um lado, com suas empresas e bancos multinacionais e, do outro lado, países que desenvolvem identidades defensivas ou agressivas.

Nesse contexto, as políticas implementadas pelos Estados nacionais, ao traduzir o esforço de se estabelecer limites ao determinismo economicista, manifestam-se como instrumento patrocinador dos necessários ajustes que assegurem uma inserção competitiva na nova ordem mundial, preservando, contudo, os interesses da produção nacional e a diversidade cultural e étnica.

AGRICULTURA BRASILEIRA

• Tendência, reveses e oportunidades

No que concerne à agricultura no Brasil, país que desde a sua gênese inseriu-se no circuito internacional de mercadorias, o processo de globalização tem sido responsável por significativas mudanças e apontado para necessários ajustes, pressupostos básicos para o engajamento competitivo na nova ordem mundial.

Como enfatiza MARTONE (1996), a inserção de um país no mercado internacional produz efeitos profundos sobre a estrutura da economia interna.

Assim, os preços de bens e serviços ficam mais próximos daqueles praticados no circuito mundial, sofrendo uma determinação no que se refere à alocação de recursos; as flutuações macroeconômicas internacionais são rapidamente transmitidas à economia interna; a política econômica fica condicionada às regras universalmente aceitas, reduzindo fortemente o grau de arbítrio dos Estados nacionais no que se refere às políticas fiscal, monetária e cambial e, por fim, há uma tendência à uniformização de procedimentos e exigências legais em torno do comércio de mercadorias e serviços, movida pela força da competitividade.

A dinâmica desse processo, por conseguinte, tem determinado o esforço dos diferentes países na busca de mecanismos eficazes voltados ao disciplinamento das relações entre parceiros comerciais. Portanto, as decisões decorrentes do longo debate de oito anos da Rodada do Uruguai do quinquagenário GATT, a criação da Organização Mundial do Comércio - OMC e o Acordo de Marraqueche, impõem ao Brasil, na condição de país membro e signatário destes tratados, uma nova postura no mercado internacional, em face da mudança de paradigmas *vis-à-vis* o rápido avanço tecnológico, a busca da elevação da produtividade e a redução de custos de produção.

Nesse cenário, portanto, o estabelecimento de regras e normas de defesa agropecuária de vigência internacional, respaldadas no conhecimento científico e tecnológico, implicando na reformulação das políticas sanitárias, torna-se uma premissa para a inserção do Brasil no novo estágio do capitalismo internacional. Isto se dá, como ressalta o Ministério da Agricultura e do Abastecimento (1996), em função de que os macromercados regionais trazem novas regras e exigências disciplinadoras. A competitividade, por conseguinte, de cada país, passa a se pautar por padrões de conformidade e pela estrutura de preço de seus produtos, de acordo com políticas internacionalmente aceitas de proteção à saúde humana, animal e vegetal, nos marcos do livre comércio.

As implicações que parecem advir desse processo globalizante sobre a economia agri-

cola brasileira, traduzem-se no hiato que se configura a partir da consensual defesa do livre comércio entre as nações. Se por um lado existe a premente necessidade de rearrumação do espaço agrícola brasileiro, com a superação de problemas de ordem estrutural, raízes do nosso subdesenvolvimento, por conta do apelo à competitividade, por outro lado tem-se que superar o protecionismo de nossos competidores.

Enquanto a maioria dos nosso parceiros comerciais legitima o subsídio à produção agrícola na forma de legislações específicas, demonstrando entenderem a disparidade entre rendimentos agrícolas e rendimentos industriais, no Brasil a agricultura tem sido penalizada por uma sucessão de planos econômicos. O estabelecimento de políticas macroeconômicas de equilíbrio por parte dos Governos da Nova República, resultam na drástica redução do aporte de recursos para o crédito agrícola, na defasagem do preço dos produtos em relação aos insumos e, por extensão, no endividamento do setor, no aumento das falências e do desemprego no campo.

Além dessa conjuntura desfavorável, a agricultura brasileira ainda enfrenta as barreiras do protecionismo econômico, em suas relações no comércio internacional. Assim, a despeito das fragilidades da nossa defesa agropecuária e de perdurarem graves problemas zoonosológicos e fitossanitários, como a febre aftosa e as moscas-das-frutas, algumas barreiras comerciais são impostas ao Brasil, mediante o subterfúgio de proteger interesses agrícolas dos importadores contra a entrada de pragas exóticas. Diante desses percalços, foros como a OMC encerram uma relevância crescente na tentativa de solucionar litígios recorrentes entre países, prevendo-se a instalação de uma rodada de negociações em 1999, visando liberalizar o estratégico setor agrícola.

Nesse particular aspecto, tem-se que reconhecer o esforço do Governo Federal em promover a reestruturação da defesa agropecuária brasileira, a partir do Plano de Reorientação Institucional do Ministério da Agricultura - PRIMA, que no bojo da reforma do aparelho de Estado, busca atender, em diferentes níveis, os distintos segmentos das cadeias agroprodutivas, com o objetivo de fornecer os meios que assegurem competitividade à agricultura nacional.

Por outro lado, reordenar o espaço agrícola brasileiro e promover os indispensáveis ajustes para superação das graves diferenças inter-regionais é ponto crucial para o engajamento eficiente do Brasil no *Novus Régime*. Buscar a pronta integração de uma legião de trabalhadores desqualificados profissionalmente, analfabetos, desnutridos, de saúde minada e reorientar a estrutura fundiária manifestam-se como desafios, aos quais os governos, em suas distintas esferas, não poderão se desvencilhar.

A promoção pelo Estado de obras de infraestrutura, aliada ao estabelecimento de políticas públicas calcadas na concessão de incentivos fiscais, visando atrair capitais produtivos para as regiões subdesenvolvidas Norte e Nordeste, a definição de princípios reformistas na legislação tributária, que incentivem a exploração produtiva da terra e a aceleração do processo de reforma agrária, são medidas potencialmente capazes de reduzir as desigualdades inter-regionais, a concentração da renda e da terra e as pressões sociais no meio urbano e rural.

A implementação de programas e projetos voltados à pequena produção familiar, radicados na mudança social e que visem o bem-

estar mediante a oferta de saúde básica, educação formal, habitação, saneamento, capacitação profissional, infra-estrutura integrada ao sistema produtivo e equidade na concessão de crédito rural desburocratizado e oportuno, desponta como uma importante via, capaz de promover a rápida inserção de segmentos excluídos à economia de mercado, aumentando a demanda agregada da economia e aperfeiçoando o arcaico capitalismo brasileiro.

Concebido nesses moldes pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF consiste em uma tentativa de se estabelecer uma política pública voltada à inserção desse excluído segmento social produtivo à economia de mercado, a partir de um leque de ações integradas visando o desenvolvimento sustentável. Instituído pelo Decreto nº 1946, de 28/06/96, o referencial teórico do PRONAF fornece meios que contribuem para a mudança social no cenário agrícola brasileiro. Centrando seus esforços na organização social, mediante a constituição de conselhos municipais, na construção do planejamento de ações voltadas à infra-estrutura produtiva e social alicerçado na legitimidade e na concessão de crédito agrícola em condições diferenciadas, esse Programa tem experimentado dificuldades para a consecução dos seus propósitos, por conta do burocrata-



Agricultura familiar: programa enfrenta problemas estruturais

tismo e de problemas estruturais inerentes ao Sistema Nacional de Crédito Rural.

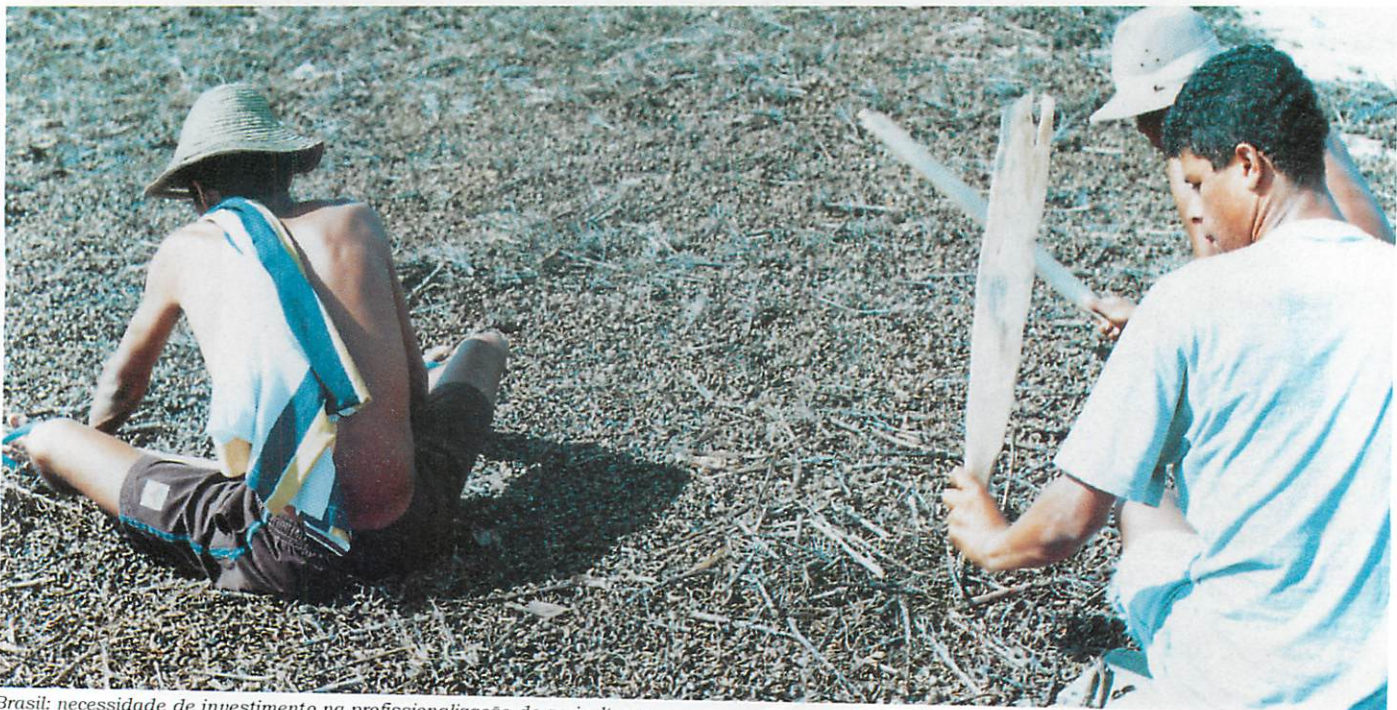
O processo de globalização, portanto, determina aos governantes brasileiros uma profunda reflexão acerca dos problemas estruturais da agricultura brasileira, impondo um rápido redirecionamento, com o propósito de construir uma política agrícola coerente com a atual conjuntura mundial e com os interesses dos distintos elos das cadeias agroprodutivas. As instâncias de Governo, por conseguinte, devem ser reestruturadas de modo a atenderem as demandas, explorarem as potencialidades e superarem os pontos de estrangulamento dos segmentos dos distintos *agribusinesses* brasileiros.

Em meio a esse contexto, o desenvolvimento tecnológico da agricultura brasileira torna-se pressuposto básico para a inserção eficiente em um mundo globalizado. A geração do conhecimento científico e tecnológico pelas universidades e centros de P&D precisa ser fomentada e coordenada pelo Estado e estendida através de programas modernos de assistência técnica e extensão rural, que explorem os recursos da informática e da interatividade.

Convergindo na mesma direção, iniciativas voltadas à profissionalização de agricultores,

à revisão dos currículos escolares dos estabelecimentos rurais de ensino básico, adequando-os às realidades das economias locais, ao lado do incentivo ao ensino formal das ciências agrárias de nível médio e superior e a atualização técnico-metodológica de educadores, pesquisadores e extensionistas, são estratégias importantes que precisam ser praticadas na condução desse processo de modernização. Em algumas pequenas cidades do interior do Brasil de economia basicamente agrícola, já se constata experiências inovadoras, a exemplo da que propõe a conciliação das férias escolares com os períodos de colheita de produtos regionais, possibilitando a agregação da força de trabalho do menor à célula familiar, de modo a reduzir a evasão e a repetência escolar e contribuir para a elevação da renda. Outrossim, o modelo Escola Agrícola Familiar, patrocinado pela Igreja Católica, ao conciliar períodos de aprendizagem teórica em regime de internato com períodos de exercício prático nas propriedades agrícolas familiares, manifesta-se como uma experiência consistente de educação libertadora, que contribui para o exercício da cidadania no meio rural.

Da mesma sorte, o Estado deve incentivar a prática de formas não convencionais de financiamento da produção agropecuária, principalmente o cooperativismo de crédito com o objetivo de desenvolver a cooperação social e a independência do setor produtivo às instabilidades do mercado e ao humor dos agentes financeiros.



Brasil: necessidade de investimento na profissionalização de agricultores

Sob o prisma microeconômico, a globalização determina um processo de ajuste das empresas do setor agrícola, com o propósito de adequá-las aos novos paradigmas internacionais. A adoção de procedimentos inovadores inerentes à estruturação do capital, à organização da produção e das relações de trabalho e às estratégias modernas concorrenciais e de mercado, deve ser posta em prática, visando a redução do custo de produção, a elevação da produtividade e da receita, a conquista de maior parcela de mercado, o aperfeiçoamento da relação capital-trabalho e a satisfação plena dos clientes. A tendência, portanto, que se configura é de crescimento do grau de concentração técnica, econômica e financeira de firmas que compõem as cadeias agroprodutivas, em seus segmentos comercial, industrial e de serviços, além do estabelecimento de *joint-ventures*, como estratégias voltadas à atração de capital, à modernização e complementaridade dos processos de produção e à conquista de novos mercados.

ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

A configuração de uma nova ordem mundial, ensejada pela superação da dicotomia socialismo real contraposto ao capitalismo e pelo predomínio da tese do Estado mínimo, tem motivado o debate em torno das implicações dessa dinâmica sobre os distintos segmentos sociais envolvidos no processo.

O ingresso do sistema capitalista de produção em uma nova fase, marcada pela hegemonia da ética neo-liberal do livre comércio entre as nações e pela fragilização do grau de arbítrio dos estados, que se vêem atrelados à normas internacionais regentes dos intercâmbios comerciais, determina o processo de globalização, que impõe à agricultura brasileira um rápido redirecionamento, com o fito na competitividade do setor e na preservação de segmentos sociais excluídos.

Se o desenvolvimento do capitalismo industrial desmistificou o dogma marxista de

desaparecimento da pequena produção, é preciso, nos marcos da economia globalizada, dotar o Estado de meios que permitam integrar estratos produtivos periféricos à economia de mercado, em um primeiro instante, como uma forma de alcançar, mais adiante, a satisfação plena de necessidades pessoais e a conquista da cidadania.

O reaparelhamento, portanto, da superestrutura deve ser norteado no sentido de superar as graves contradições decorrentes da modernização conservadora brasileira, de modo a estender o progresso às regiões subdesenvolvidas e dotar o setor agrícola de mecanismos eficazes que lhes assegure competitividade e proteção contra a desigual concorrência com os países do primeiro mundo.

O estabelecimento de uma política agrícola, respaldada no atendimento às demandas decorrentes dos pontos de estrangulamento das distintas cadeias agroprodutivas e na promoção do desenvolvimento sustentável, a partir de propostas legitimadas pela sociedade civil organizada, manifesta-se como um eficiente mecanismo de justiça social e progresso pleno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- HURST, M. A., CARNEIRO, R. A. F. A Bahia e os fluxos mundializados. In: SEI. *A Bahia no Mercosul*. Salvador, 1996. p.11-27.
- LABINI, P. S. *Oligopólio e progresso técnico*. Rio de Janeiro: Forense/Universitária, 1984. p.103-23.
- MARTONE, C. L. Globalização impactos no setor bancário. In: BANCO DO BRASIL. *Profissionalização o diferencial da competitividade*. São Paulo, 1996. v.4.
- MENDES, C. C. O Nordeste e o Mercosul. In: SEI. *A Bahia no Mercosul*. Salvador, 1996. p.29-59.
- BRASIL. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. SDA & UNIVERSIDADE LATINO AMERICANA E DO CARIBE. *Plano diretor de reforma da política nacional de defesa agropecuária*. Brasília, 1996. 43p.
- NASCIMENTO NETO, A. A Roda global. *Veja*, São Paulo: Ed. Abril, p.80-93, 3 abr. 1996.
- RIBAS, S. Empresas associam-se para ganhar competitividade. *Gazeta Mercantil*, 6 mai., 1998.
- TOURAINÉ, A. Pensando os movimentos sociais neste final de século XX. *Cadernos do CEAS*, Salvador: CEAS, n. 159, p.27-37, set./out. 1995. P. 27 - 37.

A pequena produção agrícola: algumas questões atuais*

Sérgio Elísio Peixoto**



ACERVO CORA/SEAGRI

Pequena produção na Bahia

Atualmente, uma análise sociológica da pequena produção agrícola passa necessariamente, pela discussão de dois aspectos básicos:

- primeiro, como transformações ocorridas na economia e na sociedade redefinem e requalificam o que é o rural e, dessa maneira, como se concebe a pequena produção em seu interior. Este é um aspecto de natureza teórica, ou seja,

precisamos compreender como as transformações em curso modificam o objeto de nossa disciplina, a Sociologia Rural;

- segundo, como essas mesmas mudanças afetam a pequena produção modificam suas características, imprimem um novo sentido a sua existência social. Isto nos exige uma observação cuidadosa daquilo que efetivamente vem se modificando, ao nível da pequena produção. Sob este aspecto, as pesquisas empíricas são muito importantes.

Não é demasiado reiterar que a separação desses aspectos tem uma finalidade meramente analítica. Ao nível do real eles se articulam e se complementam, fazem parte de uma mesma totalidade. A compreensão do que é o rural é fundamental para o conhecimento da pequena

*Palestra proferida para os alunos do Mestrado de Sociologia da UFBA.

**Sociólogo MSC, EMBRAPA/EBDA.

produção, assim como o conhecimento desta forma de organização social é indispensável para o entendimento do rural.

Mais que isso, as mudanças que atualmente se processam na economia e na sociedade, tanto ao nível mundial como nacional, ao transformarem as condições materiais em que se desenvolve a agricultura brasileira, se constituem, também, em importantes determinantes da maneira de pensar a realidade, seja em termos políticos, tecnológicos, sociais etc. É importante salientar que questões herdadas do passado, como a pequena produção, precisam ser repensadas à luz de novas realidades, o que exige a renovação dos quadros teóricos anteriormente utilizados.

O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA

Se tomarmos como referência um período recente da história do Brasil, o que se inicia em 1964 e praticamente se encerra no início da década de 90, observaremos a ocorrência de um intenso processo de modernização das atividades agrícolas com base no paradigma tecnológico da Revolução Verde, que beneficiou principalmente as grandes propriedades, que exploravam produtos para exportação e se localizavam, em grande parte, nas regiões mais industrializadas do país. Apesar das grandes modificações introduzidas na estrutura produtiva do campo, o padrão de distribuição fundiária preservou sua principal característica, a forte concentração das terras. Os pequenos produtores rurais, em sua maioria, não se beneficiaram com o crescimento ocorrido nesse período. As ações em favor da reforma agrária foram descaracterizadas e contidas.

Como a agricultura, de modo geral, foi pensada nesse período? As principais instituições que lidavam com as questões agrícolas - governamentais, de ensino, de pesquisa, de assistência técnica, etc. - pautavam-se pelo modelo produtivista da Revolução Verde, que priorizava a elevação da produção e da

produtividade mediante a incorporação de tecnologias agroquímicas e mecânicas. O planejamento das ações orientadas para o desenvolvimento rural centrava-se nas atividades desenvolvidas no interior das unidades produtivas, não considerando, adequadamente, os processos que se realizavam à sua montante e jusante, o que, inevitavelmente, gerava uma visão reducionista e distorcida do "setor agrícola". Por outro lado, a intervenção do Estado orientava-se, em grande parte, por princípios patrimonialistas, na alocação dos recursos públicos no setor, o que ampliava, em vez de reduzir, as desigualdades existentes.

Com efeito, tal maneira de compreender e de intervir no campo se, de um lado, contribuiu para a emergência dos grandes complexos agro-industriais, de outro, manteve os acentuados níveis de pobreza que atingiam a maioria da população rural. Dito de outra maneira, o processo de crescimento da agricultura criou novas realidades produtivas, mas não foi capaz de resolver as principais questões sociais existentes.

A esta altura, portanto, podemos reiterar nossa preocupação inicial, a de que não só o dinamismo atual das atividades agrícolas precisa ser compreendido em novas bases teóricas, incorporando-se as determinações geradas pela globalização e pela abertura da economia para o exterior, mas as questões herdadas do passado também requerem um entendimento baseado em um quadro de referências novo, por sua vez, condicionado pelo aparecimento de um novo contexto social.

Com efeito, a crescente internacionalização e interligação dos mercados tem gerado a necessidade de novos padrões de qualidade para os bens produzidos, a preocupação com a conservação dos recursos materiais e com a auto-sustentabilidade da produção agrícola. Por outro lado, o aprofundamento das relações intra e intersetoriais fez com que a agricultura deixasse de ser vista como uma atividade setorial, e sim como uma cadeia produtiva. A partir dessa ótica, as determinações mais importantes da produção agrícola estão situadas fora dela e não mais no seu interior. As cadeias produtivas compreendem os processos que se dão à montante da propriedade (crédito, insumos, maquinário, etc.), os que ocorrem ao nível da produção agrícola e os que se efetivam à sua jusante, a exemplo da industrialização e comercialização dos produtos obtidos. Estes últimos implicam em uma contínua agregação de valor aos bens produzidos.

Isto vai configurar o que na literatura recente é denominado de “negócio agrícola”, cujo elo mais importante são justamente os grandes complexos agroindustriais, que passam a responder pela maior parte do valor da produção agrícola.

tema é uma preocupação pertinente, e, em seguida, confrontando os resultados obtidos com os processos de mudança que contemporaneamente requalificam a posição e a função dos pequenos produtores na sociedade. Atualmente, apesar da expansão dos complexos agro-industriais na economia brasileira a pequena produção ainda apre-



ACERVO SEAGRI

Grandes complexo agro-industriais

senta uma expressiva participação na produção de alimentos e matérias-primas industriais, e, o que é mais importante, na geração de empregos no campo. A maior parte dos estudiosos dessa temática, porém, não mais aceita as definições convencionais de pequena produção, baseados em variáveis como tamanho do estabelecimento ou a renda. Enfatiza-se a necessidade do reconhecimento do caráter complexo e heterogêneo dessa forma de produção, buscando-se uma melhor compreensão do fenômeno estudado. Daí, a retomada de conceitos como os de “agricultura

camponesa” ou “agricultura familiar” que privilegiam variáveis como as relações sociais de produção, a utilização do trabalho familiar, as modalidades de integração no mercado, etc.

E A PEQUENA PRODUÇÃO?

Qual é o lugar da pequena produção? Quais são as possibilidades de sua reprodução social em uma economia agrícola que tem em conhecimentos científicos avançados, incluindo a biotecnologia e a informática, o fator estratégico mais importante para o seu desenvolvimento? Que alternativas, portanto, podem ser visualizadas para o futuro próximo: sua extinção, sua incorporação seletiva ao mercado ou sua preservação parcial mediante políticas compensatórias ou reformistas?

A elucidação dessas questões requer um acentuado esforço analítico, interpretativo e, sobretudo, crítico. Neste sentido, nos parece importante, de início, reavaliarmos o conceito de pequena produção, primeiramente à luz dos paradigmas sociológicos em que este

A seguir, nos parece fundamental colocar em discussão o modo como as transformações que atualmente ocorrem na economia e na sociedade são encaradas e as conseqüências que decorrem dessa compreensão. Muitas vezes, o processo de globalização é entendido como se fosse um fenômeno irreversível, vetor de mudanças de tamanha grandeza que as únicas alternativas com relação a ele seriam a de uma inevitável adaptação à sua dinâmica ou, então, a de se ficar à margem da história. Ora, tal compreensão impõe uma visão deste fenômeno praticamente como um fato natural, inalterável, em vez de situá-lo como um acontecimento histórico, produto das ações humanas, moldado em determinados contextos e a partir de interesses concretamente definidos, que lhe imprimem um dado rumo.

Podemos admitir, sem dúvida, que a globalização é um fato concreto, um elemento essencial da sociedade em que vivemos, mas não que sua lógica perversa seja imutável, que sejamos impotentes

em face dos seus desdobramentos. Isto seria o mesmo que admitir a passividade política, a inutilidade de uma ação dirigida para reversão e redirecionamento dessa lógica. Desse modo, como podemos pensar a inserção ou o envolvimento da pequena produção nesse processo? Podemos imaginar que uma maior participação no mercado, uma maior qualidade e competitividade dos bens produzidos, uma constante agregação de valor a estes produtos seriam incompatíveis com os interesses dos pequenos produtores e trabalhadores rurais e com a imperiosa melhoria de suas condições de vida? Contudo, de que maneira tais finalidades poderiam ser atingidas? Quais seriam as políticas e os instrumentos necessários para o alcance desses fins? Quais seriam as condições sociais e institucionais que poderiam sustentar um projeto desta natureza?

As respostas para essas questões, passam, também, por uma adequada compreensão do que é hoje o rural na sociedade brasileira, enquanto o contexto em que se produz e se desenvolve a pequena produção. Neste sentido, efetuaremos algumas indicações que poderão ser úteis para essa discussão.

Se remontarmos a década de 70, ainda observamos um acentuado interesse pelo estudo do rural. A modernização da agricultura, o intenso fluxo migratório rural-urbano, as fortes tensões sociais produzidas pela luta pela terra etc., condicionavam a atenção dos cientistas sociais pelo que ocorria no campo brasileiro. A idéia do rural estava muito relacionada com a produção agrícola e com o predomínio de relações sociais comunitárias, a par de sua identificação com o arcaico, em contraposição ao moderno que estaria representado pelas cidades. No entanto, a partir dessa mesma década, os avanços da industrialização e da urbanização, a própria expansão das atividades capitalistas no campo, projetavam uma idéia de sociedade amplamente urbanizada, arrefecendo, de certo modo o interesse pelo estudo do rural. Uma parte dos estudiosos passa a falar na "industrialização da agricultura" e na superação da reforma agrária, entendendo que se desenhavam tendências concretas de um novo tipo de racionalidade nas atividades produtivas e so-

ciais, o que evidenciaria uma progressiva homogeneização das relações sociais .

Tal análise, porém, ao aproximar-se de uma teorização do "fim do rural", na verdade perdia de vista os processos que paulatinamente tornavam-no cada vez mais diferenciado e complexo. Com efeito, os processos de modernização da agricultura e de transferência de grande parte da população rural para as cidades se não anulavam a instância do rural, certamente a redefiniam e a requalificavam como o contexto em que se realizava uma determinada maneira de produzir e de viver .

De modo geral, a expansão do capitalismo no campo além de viabilizar o surgimento e a consolidação dos complexos agroindustriais, estimulou uma enorme diversificação da produção agropecuária (floricultura, fruticultura, ranicultura, piscicultura, carcinocultura, produção de derivados de leite, de carne, etc.) voltadas para o atendimento de mercados consumidores exigentes de produtos personalizados e de maior qualidade nutritiva. Por outro lado, proporcionou uma significativa expansão das atividades não-agrícolas, a exemplo do turismo rural, das feiras agropecuárias, rodeios e exposições, das construções de imóveis como opção de moradia, etc. Mais que isso, o "rural" passa a ser vendido, em um sentido simbólico, como um ambiente natural (em contraposição ao excessivo artificialismo tecnológico das cidades), livre da poluição, da violência e da agitação estressante dos centros urbanos. Por certo, a realização desses empreendimentos traz em seu bojo a necessidade de outros serviços urbanos como os de transportes, comunicações, entretenimento etc., o que amplia e diversifica ainda mais o leque de atividades não-agrícolas. Neste processo, pode-se observar que ao mesmo tempo em que valores inerentes a um modo de vida campestre são veiculados com o objetivo de atrair consumidores urbanos, um conjunto de valores de caráter essencialmente urbano passa a integrar e permear as relações sociais nas áreas rurais.

Dentre as principais conseqüências que esse processo acarreta na definição do "rural" podemos assinalar o enfraquecimento dessa categoria como indicativa de uma base geográfica distinta, dado o próprio processo de urbanização do campo, bem como categoria identificada com uma base produtiva predominantemente agrícola, considerando-se o intenso processo de desenvolvimento das atividades não-agrícolas. Neste sentido, podemos

observar, ainda, uma forte tendência da redução da PEA agrícola e o crescimento da não-agrícola, este último influenciando a retenção de trabalhadores no campo. Tal retenção se explica, também, tanto pela saturação do mercado de trabalho urbano, até mesmo para as ocupações menos qualificadas, como pela extensão para as áreas rurais de serviços anteriormente disponíveis apenas nas cidades.

Estariam esses processos a ameaçar a identidade do rural? Representariam, por outro lado, uma efetiva melhoria das condições de vida no campo? Acreditamos que, necessariamente, nem uma coisa nem outra. Convém salientar que as mudanças que ocorrem atualmente no meio rural brasileiro não se realizam de modo uniforme em todas as regiões. Tendem a ter um acento maior em umas do que em outras, a depender, concretamente, dos níveis de crescimento econômico alcançados, dos recursos naturais disponíveis, da distribuição da produção etc. No entanto, pode-se observar claramente uma maior interpenetração entre o rural e o urbano, que

dilui e torna inconsistente os principais critérios em que tal dicotomia se assentava.

A requalificação do rural sugere mesmo o revigoramento dessa categoria como uma identidade, que se produz não em oposição ao urbano, separada dele, mas em relação com ele. Visto dessa maneira, o rural não se confunde com uma categoria cultural tradicionalmente estabelecida, estática, mas como uma categoria cultural socialmente construída e reconstruída a partir das determinações e tensões presentes em contextos sociais novos, diferenciados e complexos. A realização da identidade rural estaria, dessa maneira muito mais vinculada a um espaço local, onde se efetivam relações sociais baseadas no interconhecimento e se concretizam manifestações culturais típicas desse modo de vida, do que a um espaço propriamente rural.

Por outro lado, podemos observar que os processos de mudança em curso não contribuíram para a melhoria das condições de vida da maioria da população rural, particularmente dos pequenos produtores. A estrutura fundiária continua fortemente concentrada, com enormes extensões de



Assentamento na Bahia: necessidade de maior apoio à reforma agrária

terra, aptas para produção agrícola, imobilizadas. A capacidade de intervenção do Estado para a criação de um setor reformado na agricultura é muito reduzida, embora as pressões para a realização de uma reforma agrária sejam muito grandes. Ao mesmo tempo que o Movimento dos Sem Terra cresceu e se fortaleceu politicamente, a idéia de uma reforma agrária passou a ser reconhecida como necessária pela sociedade, conquistando espaços inéditos na mídia. Discute-se, principalmente, a maneira de realizá-la. Tal reconhecimento, porém, não tem conseguido deter a violência manifesta nas lutas pela posse da terra, nem contribuído para uma maior mobilização popular em apoio à reforma agrária.

As questões que acabamos de propor e de analisar constituem apenas parte de um conjunto de indagações que podem ser efetuadas sobre a temática da pequena produção. O seu debate, no entanto, não pode ser compreendido apenas como uma questão teórica, cujo equacionamento racional disponibilizaria os elementos necessários as soluções mais adequadas. Cremos que passa, também, por uma prática política de abrir novos caminhos, de construir novas alternativas, novas realidades, sem as quais grande parte dos pequenos produtores e dos trabalhadores agrícolas estariam potencialmente condenados à exclusão social. Colocadas nestes termos, estas tarefas, por certo, representariam um esforço coletivo e articulado de vários segmentos da sociedade, o que incluiria a participação de todos aqueles comprometidos com a viabilização de uma sociedade democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARNEIRO, M. J. Ruralidade : novas identidades em construção In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 35. Rio Grande do Norte, 1997. *Anais*. Brasília: SOBER, 1997. p.147-185.
- MARTINS, J. S. (org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: HUCITEC, 1981. 224p .
- PEIXOTO, S. E. et al. *Sistemas agrícolas dos pequenos produtores do município de Euclides da Cunha* - BA. Salvador: EBDA, 1997, 45 p.
- PEIXOTO, S. E. *Aspectos recentes da modernização da agricultura brasileira*. Cruz da Almas: EMBRAPA/CNPMPF, 1995. 24p. (EMBRAPA/CNPMPF. Documentos, 64).
- PEIXOTO, S. E. *Características da pequena produção agrícola no Nordeste*. Cruz das Almas: EMBRAPA/CNPMPF, 1995. 17p. (EMBRAPA/CNPMPF. Documentos, 61).
- QUEIROZ, M.I.P.org. *Sociologia rural*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969. 92p.
- SILVA, J.G. Sobre a delimitação do rural e do urbano no Brasil: testando as aberturas geográficas das novas PNADS. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 35., Rio Grande do Norte, 1997. *Anais*. Brasília: SOBER, 1997. p. 114-46 .
- SILVA, J.G. et al. O emprego rural e a "commoditização" do espaço agrário. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo (no prelo).
- SOLARI, A. E. *Sociologia rural Latino Americana*. Buenos Aires: Paidós, 1973. 115p.
- SOUZA, C. L. A. et al. *Sistemas agrícolas dos pequenos produtores do município de Ribeira do Amparo* - BA. Salvador: EBDA, 1997. 44p.
- SOUZA, I.S.F.; SILVA, J.S. *Ainda as grandes questões sociais da agricultura?* s.n.t. (mimeog.)
- WANDERLEY , M.N.B. O "lugar" dos rurais: o meio rural no Brasil moderno. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 35., Rio Grande do Norte, 1997. *Anais*. Brasília: SOBER, 1997, p.90-113.





IRRIGAÇÃO

Oportunidades e Investimentos